

O ENVELHECIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE NA PRODUÇÃO

Iranildo da Silva Oliveira^{1*}
Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes²

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, Belém, Pará, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: iranildo_silva_oliveira@hotmail.com

² Professora Doutora em Educação Especial. Docente na Universidade do Estado do Pará - UEPA, Belém, Pará, Brasil. e-mail: docenteapf@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.33871/26747170.2023.5.2.8182>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar produções acerca do envelhecimento da pessoa com deficiência que estuda na escola regular. A pesquisa é um recorte da dissertação de Mestrado na área da Educação, na qual compreende-se que a discussão ainda é embrionária, no entanto, necessária dadas as condições de longevidade desse público. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sendo um estudo bibliográfico em que foram identificadas e analisadas produções de 2012 a 2016. Identificou-se que alguns apresentam discussões em outras áreas que não a educação e alguns retratam o envelhecimento associado à pessoa com deficiência intelectual, dentro disso, percebe-se que o campo está aberto para a investigação das demais deficiências.

Palavras chaves: Pessoa com Deficiência, envelhecimento, educação.

THE AGING OF DISABLED PERSON: A PRODUCTION ANALYSIS

ABSTRACT: This study aims to analyze the aging of disabled students of regular schools. This research is a piece of the thesis in Master's in Education. It is understood that the discussion is still embryonic in the Education area, however, it is necessary due to the longevity conditions experienced by this people. It is a bibliographic study with a qualitative approach. The scientific productions identified and selected dated from 2012 to 2016. Some works show discusses within other areas, not education and others portray the aging associated with people with intellectual disability, revealing how the field is open to investigate other disabilities.

Keywords: Disabled Person, aging, education.

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca do envelhecimento estão trilhando seus passos de forma a demarcar o seu território, dentro disso está o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência (PcD) e suas especificidades, considerando-se que o envelhecer já é motivo suficiente para problematização na área acadêmica.

Uchôa, Firmo e Lima-Costa (2002, p. 26) destacam a necessidade de estudos que identifiquem agravamentos em “grupos de pessoas mais vulneráveis a esses problemas e dos fatores de proteção e risco

que lhes são associados, de modo a orientar decisões relativas à distribuição de recursos e à definição de prioridades”.

A PcD é compreendida a partir do que está estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015, no art. 2º como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

As prioridades apontadas pelos autores devem estar no bojo das discussões sobre políticas públicas voltadas a esse público, uma vez que o envelhecer se apresenta às pessoas de forma acelerada e muitas vezes imperceptível. Quando se percebe, a pessoa já está recobrando a memória sobre os acontecimentos da juventude; e vivenciar os vários processos da vida é ter condições de transformar esse estado, de ser ator e de estar no processo dessa vivência.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar produções acerca do envelhecimento e a PcD que estuda na escola regular. Com isso, busca-se estabelecer um estreitamento entre envelhecimento e esse público, uma vez que as condições físicas, psíquicas, biológicas e sociais por vezes se confundem.

A problemática que surge é: como as produções estão relacionando o envelhecimento e a PcD que estuda na escola regular? Essa é uma discussão que está na gênese das pesquisas e merece destaque. Ao falar de envelhecimento, é muito fácil apontar para o outro, pois se percebe que o outro envelhece, o outro muda suas feições biológicas. No entanto, como entender que o “eu” também muda ao longo do tempo? E como essa ação biológica contempla a pessoa?

O artigo foi organizado, inicialmente, com uma apresentação breve da discussão sobre o envelhecimento da PcD; em seguida, a metodologia da pesquisa, que se utiliza da abordagem qualitativa; consequentemente apresentação e análise das produções e a discussão e análise dos dados.

CONTEXTO SOCIAL DO ENVELHECIMENTO

No Brasil, a população idosa vem crescendo e a população de crianças e jovens diminuindo. Como apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016, p. 50), entre 2005 e 2015, as pessoas com 60 anos ou mais passaram de 9,8% para 14,3% da população nacional. Sobre o envelhecimento, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que “no nível biológico, o envelhecimento é associado ao acúmulo de uma grande *variedade* de danos moleculares e celulares” (OMS, 2015, p. 12).

Com as mudanças que ocorrem no corpo de forma imperceptível, a PcD deve ter boa estrutura familiar, com vínculos fortalecidos, para que a conscientização sobre essas transformações seja desenvolvida e para que conceitos estigmatizados não sejam construídos, seguindo, assim, o que preconiza o Protocolo sobre o Direito das Pessoas com Deficiência sobre a conscientização da sociedade para “combater estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência, inclusive aqueles relacionados a sexo e idade, em todas as áreas da vida” (Brasil, 2007, Art. 8, § 1º, alínea b, p. 20).

Considerar o envelhecimento na contemporaneidade é refletir sobre os vários contextos nos quais o ser social está inserido, sendo que, compreendendo a partir das prerrogativas do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 2003, art. 1º, a pessoa idosa é a que possui idade igual ou superior a 60 anos, reiterando-se, no art. 2º, que “o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental” em todo os sentidos.

A fase da velhice muitas vezes não é entendida como situação de deficiências por serem oriundas de um fato isolado, uma etapa da vida, que levou a tal condição. Sobre isso, Guadalupe, Costa e Daniel (2016, p. 54) ponderam que mesmo considerando o processo de envelhecimento a partir da “plasticidade e diversidade, mostra-se normalmente ocultado numa narrativa homogeneizadora que escamoteia diferenças e desigualdades, sendo a experiência do envelhecimento com deficiência diferente da experiência do envelhecimento sem deficiência”.

Os autores são taxativos ao apontar uma prática unilateral do processo de envelhecimento associado ao estado biológico da pessoa. Para se perceber dentro do processo de envelhecimento, é preciso que a pessoa assista a vida passar diante dos olhos; quando percebe que uma criança se tornou

adulta, constituiu família e teve seus filhos e, conseqüentemente, estes cresceram. É quando percebe a vida do outro passar que a pessoa para e faz uma reflexão sobre o ciclo que a vida faz.

METODOLOGIA

Apresenta-se este artigo como uma pesquisa qualitativa que, segundo Flick (2009, p. 8), visa abordar o mundo “lá fora”, analisando as experiências relacionadas a histórias biográficas ou a práticas de indivíduos ou de grupos.

Além disso, é do tipo bibliográfica, por utilizar produções já realizadas acerca do tema proposto (Gil, 2008, p. 50). Lakatos e Marconi (2003, p. 183) consideram que a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Ao analisar as produções acerca do envelhecimento e da PcD, pode-se ter um panorama do que está sendo pesquisado sobre esse público e perceber até que ponto as produções estão abordando o processo de envelhecimento da PcD, se essas pesquisas são do campo educacional ou, ainda, se todas as deficiências estão sendo contempladas.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ENVELHECIMENTO: ALGUMAS PRODUÇÕES

A busca pelas produções foi feita no banco de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), também foram levantados artigos nas revistas e anais via *Google* acadêmico e na base Scielo. Não houve delimitação temporal e o critério de busca e de seleção dos trabalhos foi: apresentar diálogos sobre deficiência e envelhecimento. Assim, foram identificadas nove produções, apresentadas abaixo pelo autor, pelo objeto da pesquisa e pela fundamentação teórica utilizada.

Tabela 1. Produções que discutem o envelhecimento da Pessoa com Deficiência. Apresentando inicialmente autor e ano de produção, título do trabalho e referencial teórico utilizado.

Autores/Ano	Título do trabalho	Referencial teórico
Guilhoto (2014)	Envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual	Novell <i>et al.</i> (2008); Mccarron <i>et al.</i> (2013); Evenhuis <i>et al.</i> (2012); Lott e Head (2005); Esbensen (2010)
Hayar (2014)	Envelhecimento e deficiência intelectual: o cuidador familiar como protagonista nos cuidados ao idoso	Oliveira (2012); Jacinto e Citero (2013); Santos e Dota (2013); Cavalheiro (2013); Pimenta, Rodrigues e Greguol (2010) Brasil (2003)
Araujo e Carvalho (2014)	Envelhecimento e deficiência: uma dupla vulnerabilidade	Denari (2010); Santos e Lima (2012); Tavares (2004); Oliveira (2013)
Aldrigue, Souza e Santos (2014)	Deficiente intelectual e família: um estudo sobre o envelhecer intelectual	Leblanc (1990)
Nogueira, Binoto e Suplino (2014)	O envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual na perspectiva do currículo funcional natural	
Portella <i>et al.</i> (2015)	A pessoa deficiente intelectual e o envelhecimento: da percepção do fenômeno à realidade cotidiana	Pletsch (2006); Tavares (2006); Bezerra e Vieira (2012); Schettert (2007); Smith (2004); Guadalupe, Costa e Daniel (2016)
Guilhoto <i>et al.</i> (2014)	Envelhecimento e Deficiência Intelectual na Grande São Paulo	Barbosa <i>et al.</i> (2005); Novell <i>et al.</i> (2008); Instituto APAE de São Paulo (2014); IDS-TILDA (2014); Mccarron (2013); Evenhuis <i>et al.</i> (2012); Esbensen (2010); Lott e Head (2005)
Guadalupe, Costa e Daniel (2016)	Sentimentos face ao futuro, necessidades percebidas e redes de suporte social de cuidadores informais de pessoas adultas com deficiência	Innes e colaboradores (2012); Aguado <i>et al.</i> (2010); Pinto (2013); Bento (2008); Innes <i>et al.</i> (2012); Ferreira (2009)
Guhur e Guhur (2012)	O envelhecimento de pessoas com deficiência mental e os desafios para famílias e instituições socioeducativas: um estudo exploratório descritivo	Neri e Soares (2004); Siqueira e Neri (2007); Collucci (2006); Neri (2002)

AS PRODUÇÕES

As produções identificadas e selecionadas estão compreendidas entre os anos de 2012 e 2016. De todas as produções, apenas a de Nogueira, Binoto e Suplino (2014) faz relação com o currículo, não no contexto escolar, mas em um programa da APAE-Campinas. As discussões encontradas nas referidas produções perpassam por envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, o cuidador e a família, a dupla vulnerabilidade (envelhecimento e deficiência), o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual na perspectiva do currículo funcional natural do fenômeno à realidade cotidiana.

Os autores citados nas produções são inúmeros e de áreas distintas. Somente Guilhoto (2014) e Guilhoto *et al.* (2014) utilizam os mesmos autores, a saber: Barbosa *et al.* (2005); Esbensen (2010); Evenhuins (2012); Guilhoto *et al.* (2013); Lott (2005); Mccarron (2013); Novell (2008) e Ramos (2003).

As pesquisas que tratam do envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, Hayar (2014, p. 76) destaca que “ainda são quantitativamente pouco expressivos, portanto, o assunto se coloca como tema significativo para a reflexão e estudos devido à dupla condição de vulnerabilidade que se coloca na situação: a do idoso com deficiência intelectual e de seu cuidador familiar”.

A PcD vem conquistando seu espaço dentro da sociedade com muita luta e perseverança. Reflete-se sobre os vários contextos que vivenciou, ao longo da história, casos de segregação, abandono, dentre outros. No entanto, ainda na contemporaneidade existem (pré) conceitos e estigmas para com a PcD.

A escola é uma instituição que também prepara para a vida, para a garantia de direitos confirmados em lei. Garantir aos alunos adultos e idosos aprendizagem ao longo da vida é o que preconiza a Declaração de Hamburgo, de 1997, grande marco da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que destaca o papel social da educação e ressalta que “uma vez experimentada a alegria de aprender, a gente não esquece nunca mais: ela se repete e se reproduz ao longo de toda a vida; ela não esgota jamais” (Unesco, 1999, p. 18).

Estudos realizados por Portella, Colussi e Girard (2015) sobre as “Percepções de envelhecimento e velhice entre adultos com Deficiência Intelectual”, com dez participantes que têm entre 33 e 54 anos, descrevem que “[...] oito homens eram adultos com DI, alguns em processo avançado de envelhecimento, o que os caracteriza como idosos, mesmo que a legislação brasileira considere idoso toda pessoa com 60 anos ou mais”.

Nas pesquisas de Moraes e Souza (2009) e de Portella, Colussi e Girard (2015), a faixa etária se aproxima, o que leva à compreensão de que o processo de envelhecimento acontece de forma antecipada para a PcD, a partir de 30 anos, sendo que os trabalhos foram realizados com pessoas com deficiência intelectual.

Guhur e Guhur (2012) realizaram uma pesquisa com pais e alunos de uma instituição educacional, mas não especificaram se é uma escola regular ou não. Nos resultados de sua produção, no item sobre funcionalidade acadêmica, descrevem estes alunos e se sabem ler, escrever, se sabem operações matemáticas. Ao questionar os pais, os autores destacam que “a maioria ressaltou a participação dos sujeitos nas atividades programadas, especialmente quando se trata de ‘trabalhos manuais, de educação física e de música’” (Guhur & Guhur, 2012, p. 325).

Dentre os estudos sobre envelhecimento e PcD, não foi identificado nenhum que discutisse essas condições na escola em turmas de EJA ou outras, o que acende um alerta para os possíveis agravamentos que ocorrem dentro da escola e que não são percebidos ou não são avisados para que providências sejam tomadas.

É preocupante o alerta feito por Guilhoto (2014, p. 51) onde ressalta que pessoas com Síndrome de Down têm menor chance de viver mais. São vários os sinais de Envelhecimento Precoce apresentados por autores diversos, quando se trata desse público, “como menopausa precoce, alterações de pele e cabelo, deterioração visual e auditiva, maior risco de evolução para doença de Alzheimer, epilepsia, disfunção tireoidiana, diabetes, obesidade, apneia do sono, alterações musculoesqueléticas etc” (Guilhoto, 2014, p. 51).

O processo de envelhecimento acontece de forma precoce para as PcD. Nesse prisma, Moraes e Souza (2009), ao fazerem um estudo sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, utilizam a faixa etária de 30 a 40 anos de idade. Xavier (2014, p. 32) acrescenta que “a questão do envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual é, pois, assunto de primordial importância e precisamos nós da chamada sociedade civil, e os poderes que dirigem os destinos do país”.

Guilhoto (2014, p. 52) problematiza se outros fenômenos mostrariam da mesma forma um “processo prematuro de envelhecimento causado por algum fator biológico ou ainda por causas ambientais, como falta de políticas públicas de atendimento a essa população com DI, salientando-se também as dificuldades em medir as alterações de saúde nessa população”.

Para Hayar (2014, p. 82), “a longevidade de pessoas que nasceram com deficiência intelectual, ao mesmo tempo que é um ganho, gera desafios que precisam ser enfrentados pela sociedade como um todo”, no entanto destaca que “a sociedade não se preparou para o envelhecimento da população de modo geral e menos ainda para o envelhecimento da população de pessoas com deficiência intelectual”.

Ressalta-se que a discussão sobre o envelhecimento proposta aqui se coaduna à proposta por Guadalupe, Costa e Daniel (2016, p. 54), os quais registram que “o fenômeno do envelhecimento entre a população com deficiência é recente. Até há meio século a esperança média de vida à nascença das pessoas com deficiência era bastante inferior à da população em geral”.

Os estudos são recentes e os que envolvem o público de deficiência intelectual/Síndrome de Down apresentam mais produções. No entanto, são em espaços institucionalizados, ONGs, e não em escolas regulares. Para Guadalupe, Costa e Daniel, (2016, p. 54), a vivência apresentada pelas “deficiências é muito diversa, apesar das variações individuais no curso de vida, há nesta população características diferenciadoras que as torna especiais, transformando-se o cuidado num imperativo ético-político”.

A OMS, no Resumo do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (2015, p. 13), faz algumas considerações para um envelhecimento saudável, discorrendo que para isto se faz necessário ter capacidade intrínseca, “que se refere ao composto de todas as capacidades físicas e mentais que um indivíduo pode apoiar-se em qualquer ponto no tempo”, e capacidade funcional, ou seja, o ambiente no qual a pessoa está inserida.

Esse ambiente deve dar condições de qualidade de vida à pessoa idosa, que tem direito de viver plenamente dentro do seu ambiente domiciliar. Os familiares devem entender a especificidade da pessoa idosa ou em processo de envelhecimento e saber lidar com esse público, que requer cuidados específicos se chegar a experimentar momentos e/ou situações de deficiência.

A educação ao longo da vida é reiterada na VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém (PA), em 2009, conhecida como Marco de Ação de Belém. Neste documento se considera que “o papel da aprendizagem ao longo da vida é fundamental para resolver questões globais e desafios educacionais” (Unesco, 2010, p. 06).

O Marco de Ação de Belém evidencia a importância da educação ao longo da vida e sua necessidade para a transformação social e para a mudança de comportamento de toda a coletividade. “Reconhecemos que aprendizagem e educação de adultos representam um componente significativo do processo de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo um *continuum* que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal” (Unesco, 2010, p. 06).

Para Oliveira (2017, p. 38), os avanços sociais não exterminam os atos preconceituosos em vários setores da sociedade, mas contribuem para “[...] o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de direitos, entre os quais a educação”. De fato, esses avanços estão empoderando as pessoas com deficiência, jovens, adultas e idosas, subalternas e oprimidas, que foram silenciadas, invisibilizadas e segregadas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe à discussão o envelhecimento da pessoa com deficiência que estuda em escola regular. O objetivo do trabalho foi analisar produções com este recorte, com isso buscou-se estabelecer um estreitamento entre o envelhecimento e esse público, uma vez que as condições físicas, psíquicas, biológicas e sociais por vezes se confundem.

O estreitamento entre o envelhecimento e a pessoa com deficiência deve ser efetivado no campo das discussões teóricas especialmente no que diz respeito à escolarização da pessoa com deficiência, pois, muitas vezes, esta tem passado despercebida em meio a tantos desafios e estigmas enfrentados no campo educacional.

Mesmo trabalhando o tema envelhecimento, nem um trabalho analisado dialoga com a Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino que atende a maioria dos estudantes adultos da educação básica. É necessário, nesse sentido, entender que o envelhecer e a deficiência, com suas particularidades e, ao mesmo tempo, semelhanças, merecem maior atenção nas pesquisas em educação para fomentar esse tema que está engatinhando no campo da discussão.

Alguns dos trabalhos analisados apresentam discussões dentro de outras áreas que não a educação e os pesquisadores, em suas produções, apresentam autores de áreas distintas. A maioria retrata o envelhecimento associado à pessoa com deficiência intelectual, dentro disso, percebe-se que o campo está aberto para estudos sobre as demais deficiências que pessoas no processo de envelhecimento estão vivendo.

REFERÊNCIAS

Aldrigue, A. S. C.; Souza, F. de; Santos, T. F. P. dos (2014). Deficiente intelectual e família: um estudo sobre o envelhecer intelectual. In: CONGRESSO NACIONAL DAS APAES/APAE no Brasil - 60 anos: uma história de referência na defesa de direitos e atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, 25, 2014, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: APAES, p. 479-497.

Araujo, L. A. D.; Carvalho, T. A. O. P. de (2014). Envelhecimento e deficiência: uma dupla vulnerabilidade. In: CONGRESSO NACIONAL DAS APAES/APAE no Brasil - 60 anos: uma história de referência na defesa de direitos e atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, 25, 2014, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: APAES, p. 121-124.

Brasil (2017). *Anuário brasileiro da educação básica*. Todos pela Educação. Brasília.

Brasil (2007). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: Brasília.

Brasil (2017). *Lei nº 10.741 de 2003*. Estabelece o Estatuto do Idoso. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

Brasil (2015). *Lei nº 13.146 de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

Brasil (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

Flick, U (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

Gil, A. C (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Guadalupe, S.; Costa, É.; Daniel, F (2016). Sentimentos face ao futuro, necessidades percebidas e redes de suporte social de cuidadores informais de pessoas adultas com deficiência. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, Coimbra, v. 2 (1), p. 53-66.

Guhur, M. L. P.; Guhur, J. V. M (2012). O envelhecimento de pessoas com deficiência mental e os desafios para famílias e instituições socioeducativas: um estudo exploratório descritivo. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 9, n. 3, p. 316-329, set./dez.

Guilhoto, L. M. F. F. (2014). Envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual. *In: CONGRESSO NACIONAL DAS APAES/APAE no Brasil - 60 anos: uma história de referência na defesa de direitos e atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla*, 25, 2014, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: APAES, 2014, p. 48-55.

Guilhoto, L. M. F. F. *et al* (2014). Envelhecimento e Deficiência Intelectual na Grande São Paulo. *Revista Deficiência Intelectual*, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 5-11, jul./dez.

Hayar, M. A. S. P (2014). Envelhecimento e deficiência intelectual: o cuidador familiar como protagonista nos cuidados ao idoso. *In: CONGRESSO NACIONAL DAS APAES/APAE no Brasil - 60 anos: uma história de referência na defesa de direitos e atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla*, 25, 2014, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: APAES, p. 75-86.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Moraes, M. R. Q.; Souza, D. P (2009). O idoso e a deficiência: uma análise da situação sócio-afetiva e educacional de alunos com deficiência intelectual em fase de envelhecimento. *Revista IGAPÓ*, Manaus, v. 3, p. 18-27, 2009.

Nogueira, E. F. T.; Binoto, A. P. D.; Suplino, M (2014). O envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual na perspectiva do currículo funcional natural. *In: CONGRESSO NACIONAL DAS APAES/APAE no Brasil - 60 anos: uma história de referência na defesa de direitos e atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla*, 25, 2014, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: APAES, p. 607-609.

Oliveira, I. A. de (2017). Educação especial, Direitos Humanos e Cidadania. *In: AUTOR X (org.). Educação especial: cidadania, memória, história*. Belém: EDUEPA.

OMS (2015). *Resumo: relatório mundial de envelhecimento e saúde*. Suíça: OMS.

OMS (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde.

Portella, M. R. *et al* (2015). A pessoa deficiente intelectual e o envelhecimento: da percepção do fenômeno à realidade cotidiana. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, 18 (2), p. 401-420, abr./jun.

Portella, M. R.; Colussi, E. L.; Girardi, M (2015). Percepções de envelhecimento e velhice entre adultos com Deficiência Intelectual. *Revista Deficiência Intelectual*, São Paulo, ano 5, n. 9, jul./dez., p. 03-10.

Uchôa, E.; Firmo, J. O. A.; Lima-Costa, M. F. F. de (2002). Envelhecimento e Saúde: experiência e construção social. *In: Minayo, M. C. S.; Coimbra Jr., C. E. A (org.). Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Unesco (1999). *Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*. Brasília: SESI/UNESCO.

Unesco (2010). *Marco de Ação Belém: Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI*. Brasília: Secad/MEC/UNESCO.

Submetido em: 08/2023

Aprovado em: 09/2023